

REVISTA

01

JAN-MAI 2024

Juventude
NA POLÍTICA



observatório **podemos**
contra a violência política



Esta Revista faz parte da edição do Observatório Podemos contra a Violência Política e tem por objetivo estimular o debate em termos de educação e doutrinação política, assim como oferecer dados de pesquisa sobre temas correlacionados.

Dentro de um ambiente democrático de consolidação de direitos e posições, os temas tratados nesta Revista são apresentados sem viés ideológico e, por isso, não refletem posição institucional, político-partidária e nem individual de dirigentes ou filiados.

O objetivo desta publicação é contribuir com a formação da consciência cidadã da sociedade em geral, promovendo o debate de ideias que permitam o aprimoramento da democracia.

Este material é protegido pelo direito da propriedade intelectual. A reprodução parcial ou total deste material é permitida, desde que citada a fonte.

A Fundação Podemos mantém um espaço democrático para ideias e aprimoramento de suas atividades. Se você quer participar das nossas iniciativas, possui dúvidas ou sugestões, entre em contato por meio dos nossos canais de atendimento.

Acesse o nosso site pelo QRCode e comunique-se conosco:



www.fundacaopodemos.org.br

SUMÁRIO

PÁGINA 1

Observatório Podemos

PÁGINA 3

A importância da juventude na renovação política

PÁGINA 4

As iniciativas à participação dos jovens na política

SUMÁRIO

CONTINUAÇÃO...

PÁGINA 5

Crescem os eleitores jovens, mas poucos têm interesse na política

PÁGINA 6

A bancada jovem na política brasileira: retrato da Câmara

PÁGINA 7

Jovens na política brasileira: um debate sobre a atualidade

PÁGINA 8

O fim do ciclo juvenil e a participação política na vida adulta

SUMÁRIO

CONTINUAÇÃO...

PÁGINA 9

Participação dos jovens para a política e para a cidadania

PÁGINA 10

Políticas para jovens são medidas urgentes

“ A juventude é a força motriz para a mudança social por meio da mobilização social.”

- Lauriel Kivuyo

OBSERVATÓRIO PODEMOS



A Fundação Podemos é entidade instituída e mantida pelo Podemos para, nos termos do que determina a Lei de Partidos Políticos, promover educação, doutrinação e pesquisa política. A Fundação Podemos vem realizando o aperfeiçoamento dos cidadãos de forma geral, propiciando a transformação intelectual, moral e cívica da sociedade.

Sob iniciativa precursora, a Fundação Podemos lançou o Observatório Podemos contra a Violência Política, uma ação inovadora que tem por missão criar indicadores e monitorar os casos de violência política no Brasil, com a disponibilização de Sistema de Ouvidoria para escuta ativa, em nível nacional.

O Observatório Podemos mantém painel interativo e dinâmico de indicadores sobre casos de violência política no País e promove ações estruturadas para fortalecer ações afirmativas que estimulem a participação e o aumento da representatividade de Mulheres, Jovens, grupos da Diversidade e Longevos (Idosos) na Política.

Além da busca ativa sobre casos sobre violência política no Brasil, como estratégia de reflexão e desenvolvimento do pensamento crítico para o fortalecimento da democracia, o Observatório Podemos mantém um canal de denúncias integrado, para receber informações sobre práticas de violência política. As denúncias podem ser realizadas de forma identificada ou de forma anônima, tendo o denunciante total segurança quanto à preservação da sua identidade. As denúncias registradas são recebidas por fonte externa e encaminhadas à apuração preliminar. Após essa análise inicial, se procedente o relato, a ocorrência é encaminhada às autoridades, para as providências cabíveis.

O Observatório Podemos disponibiliza também estudos setoriais, os quais servem de subsídio à

OBSERVATÓRIO PODEMOS

CONTINUAÇÃO...

articulação, mobilização e diálogo com as várias instituições participativas da sociedade. A realização de um diálogo construtivo no cenário político brasileiro, tendo os integrantes dos grupos sub-representados como centro da discussão, constitui estratégia importante para permitir a geração de conhecimento sobre as temáticas envolvidas, contribuindo, assim, para o fortalecimento dos direitos sociais e políticos e da própria democracia no Brasil.

A estratégia de criação e manutenção do Observatório contra a Violência Política está aliada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável pactuados pela ONU na Agenda 2030:



ODS 10: Redução das Desigualdades

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles

Meta 10.2: Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra.

Indicador 10.2.1: Proporção da pessoas vivendo abaixo de 50% da mediana da renda, por sexo, idade e pessoas com deficiência.

Meta 10.3: Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito.

Indicador 10.3.1: Proporção da população que reportou ter-se sentido pessoalmente discriminada ou assediada nos últimos 12 meses por motivos de discriminação proibidos.



ODS 16: Paz, Justiça e Instituições Eficazes

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis

Meta 16.b: Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável.

No Brasil: Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias e afirmativas.

Indicadores:

16.b.1.: Proporção da população que reportou ter-se sentido pessoalmente discriminada ou assediada nos últimos 12 meses por motivos de discriminação proibidos no âmbito da legislação

“ No fundo somos iguais. Presos em aparências.”

Autor desconhecido

A IMPORTÂNCIA DA JUVENTUDE NA RENOVAÇÃO POLÍTICA

A necessidade de renovação política, como forma de transformação social, é um dos principais temas de debate no cenário brasileiro. Os velhos costumes e métodos tradicionais, muitas vezes, afetam o avanço social, impedindo o crescimento, o desenvolvimento e a geração de oportunidades. Portanto, mudar é preciso.

Ocorre que todo o processo de transformação social depende de um amadurecimento. Assim também é com a renovação política, que demanda tempo e reflexão. Porém, sem a participação dos jovens, esse processo torna-se ainda mais difícil. É com a juventude que se aprimoram os debates sobre renovação, identificando métodos e meios para essa transformação.

Segundo dados do TSE, a participação de jovens de 16 e 17 anos nas eleições cresceu 52% entre 2018 e 2022. Mais de 1,7 milhão de jovens, na faixa etária entre 16 e 17 anos, compareceram às urnas nas Eleições de 2022.

A participação mais ativa dos jovens na política decorreu de campanha promovida pela Justiça Eleitoral para que eles tirassem o primeiro título de eleitor. Essa iniciativa foi concluída com êxito: houve, de fato, um aumento significativo da participação dessa faixa etária nas Eleições de 2022.

A renovação política remete a uma reflexão: deve-se manter um olhar voltado ao papel do jovem na sociedade e, em especial, na política.

Sem dúvida, a participação ativa do jovem na

política é um desafio, pois o jovem, no Brasil, prefere se manter afastado da atividade político-partidária. Essa circunstância traz um desafio: criar estímulos para o aumento da participação, com ações disruptivas. A representação identitária deve ser realizada a partir da desburocratização, da superação de velhos estigmas e do favorecimento à participação popular, em todos os níveis.

Em artigo disponível no site da Câmara dos Deputados, Michel Temer, à época Presidente da Câmara, publicou texto reflexivo, intitulado "O jovem e a política". Acesse com o QRCode:



No formato de Revista Eletrônica, [clique aqui](#).



AS INICIATIVAS À PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS NA POLÍTICA

Além de campanhas institucionais promovidas pela Justiça Eleitoral, os partidos políticos, seus institutos e fundações têm uma atuação forte voltada à participação dos jovens na política e, assim, alcançar um aumento da representação identitária. Os partidos políticos têm (senão em sua totalidade, em grande parte) núcleos setoriais voltados à juventude. Também, não é raro ver propagandas e campanhas publicitárias sobre temas sociais de interesse dessa parcela (expressiva) da sociedade.

Diversas outras medidas (além de campanhas e propagandas para o eleitor) são adotadas para facilitar e estimular a participação do jovem na política. Hoje, a emissão do primeiro título de eleitor pode ser realizada pela internet, o que reduz a burocracia e facilita o acesso ao serviço da Justiça Federal. A emissão do primeiro título, de forma on-line, ocorre por meio do canal de Autoatendimento do Eleitor – Título Net e pode ser acessado por computador, tablet ou celular, representando uma importante inovação da Justiça Federal no uso e na aplicação das tecnologias em prol da sociedade. Foto e documentos pessoais são enviados pelo site, sem a necessidade de deslocamento pessoal. Também, é possível acompanhar, de forma on-line, o andamento do requerimento de emissão do primeiro título.

A Justiça Federal oferece, também, diversas outras iniciativas para a desburocratização, permitindo a consulta a diversos serviços pela internet, inclusive por meio de aplicativo e-Título (Android e iOS),



dispensando o uso de papel ou o comparecimento pessoal para várias atividades.

O Centro de Pesquisa em Ciência, Tecnologia e Sociedade do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) divulgou estudo sobre os efeitos das inovações tecnológicas sobre a participação política. O estudo apontou que as aplicações tecnológicas fortalecem a democracia.

Mas é importante prever uma estratégia de engajamento cívico e gerenciamento de dados, inclusive com uma análise derivada de arquitetura, para atingir um público específico, dentro da análise de perfil.

Os serviços digitais atraem a juventude e permitem um maior e ilimitado alcance à difusão do conhecimento e de ideias, criando um espaço integrado à democracia, com interatividade e dinamismo, duas características comuns aos jovens.

CRESCEM OS ELEITORES JOVENS, MAS POUÇOS TÊM INTERESSE NA POLÍTICA

O cadastro eleitoral de jovens tem aumentado ano a ano. Nas Eleições de 2022, mais de 2 milhões de jovens eleitores, com idade entre 16 e 18 anos de idade, cadastraram-se na Justiça Eleitoral para obter o primeiro título de eleitor.

Com relação ao pleito eleitoral anterior, houve um crescimento de quase 50% no registro de eleitores jovens.

Todavia, 'é baixo o interesse político da juventude na política. Isso se dá por questões variadas, mas, principalmente, pelo fato de que os partidos políticos e o Congresso Nacional estão entre as instituições que contam com menos confiança dos jovens, segundo pesquisa coordenada pelo Observatório da Juventude na Ibero-América (OJI).

Denominada "Juventudes no Brasil 2021", a pesquisa coordenada pelo OJI foi realizada em parceria com pesquisadores vinculados a três universidades públicas sediadas no Rio de Janeiro: a Universidade Federal Fluminense (UFF), a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio) e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Os dados obtidos são preocupantes.

Segundo a pesquisa, as instituições que menos contam com a confiança dos jovens brasileiros são os partidos políticos (82%), o Congresso Nacional (80%), o Governo (69%) e a Presidência da República (63%).

O resultado da pesquisa justifica a falta de interesse dos jovens na política e direciona para a necessidade de construção e de afirmação de

direitos para o desenvolvimento da consciência cidadã, de modo a obter a participação ativa dos jovens na política.

Cientistas políticos e estudiosos de temas correlatos à política apontam que a superação dessa falta de interesse, pelos jovens, somente será superada se houver a construção de um espaço de diálogo que reflita os reais interesses da juventude na democratização.

Uma iniciativa defendida por Paulo Carrano, professor da Universidade Federal Fluminense (UFF), é a criação dos chamados de Parlamento Jovens, que consistem na abertura de um espaço de escuta e conversação nas diversas organizações que se relacionam com a política e com os direitos sociais para perceber quais são os temas de efetivo interesse dos jovens.

Outras iniciativas consistem, por exemplo, no fortalecimento de questões cívicas, sem vinculação ideológica, para a participação, por crianças, na vida política, conhecendo os ambientes de governo e da esfera legislativa em simulações. Esses projetos são denominados Deputado Mirim, Vereador Mirim ou qualquer outro nome que permita aproximar também as crianças do cenário político brasileiro.



A BANCADA JOVEM NA POLÍTICA BRASILEIRA: RETRATO DA CÂMARA

As eleições de 2018 retrataram o fortalecimento da juventude na política brasileira.

Apesar da baixa participação histórica e do desinteresse dos jovens na política, no último pleito eleitoral chamou atenção que, dos 513 deputados federais eleitos, 4 parlamentares tem pouca idade: 3 deles têm 21 anos e 1 tem 24 anos de idade.

Esses parlamentares foram eleitos por legendas diferentes, dos estados do Amazonas, Sergipe, Pernambuco e Ceará.

Nos Estados, a deputada eleita com menor idade tem 20 anos. Eleita pelo Estado de Minas Gerais, essa parlamentar é a mais jovem do país. A baixa idade da parlamentar trouxe uma questão importante. Como a idade mínima para tomar posse como deputado estadual ou federal é 21 anos, a parlamentar chegou a ter a candidatura questionada na Justiça Eleitoral. Contudo, o Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE-MG) decidiu favoravelmente à candidata, sob o entendimento de que a posse no cargo da Assembleia Legislativa poderia ocorrer até 30 dias depois da cerimônia oficial. Assim, a candidatura foi deferida e, dentro do rito estabelecido, a candidata eleita foi empossada.

No outro extremo da pirâmide etária está a ex-prefeita de São Paulo, Luiza Erundina. Com 87 anos de idade, Erundina foi reeleita para seu sétimo mandato como deputada federal pelo Estado de São Paulo, em 2022.

Theodorico Ferraço, Deputado Federal pelo Estado

do Espírito Santo também entra na lista dos parlamentares mais idosos do Brasil. Eleito nas Eleições de 2022, Ferraço contava, na data da posse, com 85 anos de idade.

Esse retrato revela a baixa representatividade dos jovens na política (mas também dos idosos, igualmente sub-representados), reafirmando a necessidade de se adotar iniciativas que permitam obter uma participação ativa desses grupos na política.

JOVENS NA POLÍTICA BRASILEIRA: UM DEBATE SOBRE A ATUALIDADE

A participação ativa dos jovens na política tem sido levantada como aspecto importante ao fortalecimento dos direitos sociais.

Os jovens, cada vez mais, têm participado de ações coletivas, movimentos e outras iniciativas de contexto social, assumindo um protagonismo na esfera pública. Com isso, políticas públicas que tratam dos aspectos de interesse específico da juventude passaram a ser melhor debatidas.

Todavia, a formação da cultura política (ou a sua resignificação), para um esperado renovo social, ainda é baixa.

A participação dos jovens na política depende de vários fatores, dentre os quais se sobressaem a instituição de uma temática e forma de comunicação mais moderna e aumento na confiança das instituições.

A superação dos movimentos clássicos deve também ser analisada pelas instituições. Os jovens não se interessam por assuntos tradicionais, como a luta pela terra, debate em torno da moradia ou representação sindical, questões sociais muito fortes nas gerações passadas.

Os jovens hoje têm concepções e estruturas organizacionais mais centralizadas, focadas na influência exercida pelas mídias sociais. Com isso, os jovens se articulam em redes e usam internet para estabelecer, no ambiente virtual, uma ferramenta de comunicação importante de comunicação e sobrepujança dos direitos, lutas e anseios.

O comportamento dos jovens deve ser analisado, para que a sociedade possa acompanhar essa transformação sociocultural.

O alcance do público jovem se dá com muito mais pelo desenvolvimento de estratégias de comunicação de largo alcance, a partir do consumo das novas tecnologias, que por movimentos sociais e outros tipos de manifestação da sociedade civil organizada, de forma tradicional.

Essa transformação cultural, que reflete na forma de comunicação e participação da vida política, deve ser considerada no novo milênio.



O FIM DO CICLO JUVENIL E A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NA VIDA ADULTA

O ativismo político, assim como qualquer outro aspecto sociocultural e econômico, passa por uma análise do corte etário, que estratifica a população em repertórios convencionados de participação na vida e nos movimentos sociais.

Os padrões de envolvimento político entre jovens e adultos variam. Os jovens se afastaram da participação política, deixando o ativismo partidário.

A participação dos jovens na política ocorre sob diferentes modalidades: protestos, manifestações e outros mecanismos institucionais de representação nas democracias contemporâneas.

Já os adultos enfatizam outros aspectos da cidadania, baseados na responsabilidade de abordagens explicativas para grupos sociais, de forma participativa.

A formação da consciência política entre jovens e adultos é diferente entre a constituição de cidadania e a implementação e consolidação dos direitos dentro da sociedade.

O Brasil é uma democracia recente e o sistema partidário, reconstruído durante o processo da redemocratização, deve ser voltado a estruturar o eleitorado de uma forma segura, dentro de um processo de socialização.

A redução da volatilidade eleitoral é um indicativo de consistência, que favorece a estabilidade do sistema político. A íntima vinculação entre identificação partidária e a superação dos



ciclos de vida podem colaborar para o resgate da dimensão conjuntural e avaliativa dessas organizações.



PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS PARA A POLÍTICA E PARA A CIDADANIA

Ainda é pequena a participação dos jovens em atividades político-partidárias, apesar de, nos últimos anos, ter havido um aumento da participação da juventude na política, a partir de movimentos e estratégias de mobilização social.

Fóruns de juventude têm sido formados como espaços democráticos para debates sociais e participação política.

A consciência cidadã é formada pela participação política ativa, decorrente de um processo político, social e cultural que deve refletir ações coletivas organizadas e expressas em espaços públicos.

Na América Latina, um dos principais debates que tem sido gerado é a dificuldade em fomentar a participação política mais intensa. Com isso, os avanços institucionais não conseguem despertar nos cidadãos um engajamento político efetivo. Associado a isso, todo o cenário relacionado a questões éticas e morais da sociedade nas instituições democráticas, e que geram desconfiança nos cidadãos, representam um desestímulo à participação ativa na vida pública.

Esse descrédito não afeta apenas o Brasil, mas uma realidade identificada em quase todas as democracias da América Latina.

A participação ativa de cidadãos na política tem sido experimentada pelo surgimento de movimentos e de instâncias deliberativas, com atividades executadas em associações e outras

organizações da sociedade civil, com atuação basicamente voltada à defesa dos direitos sociais, como fator de consolidação da democracia. Inobstante, a participação na atividade político-partidária em si ainda é um dificultador, especialmente entre os jovens, os quais têm uma resistência à institucionalização.

O fomento às atividades político-partidária depende da aproximação, especialmente dos jovens, às instituições representativas, entre elas os partidos políticos, permitindo que os atores sociais assumam um papel de protagonismo no sistema político e na cidadania.



POLÍTICAS PARA JOVENS SÃO MEDIDAS URGENTES

A juventude necessita de políticas públicas para consolidar direitos sociais e garantir o acesso a temas prioritários: educação, saúde, transporte e moradia.

O cenário dos direitos sociais para a juventude deve objetivar a superação da situação de extrema desigualdade econômica do Brasil.

A implementação das políticas públicas requer ações integradas e intersetoriais, especialmente em temas relacionados à juventude. Muitos jovens enfrentam diversas situações dentro de um processo de desigualdades sociais históricas, as quais atingem um grande número de pessoas e de grupos sociais. O racismo estrutural é um desses desafios, especialmente para aqueles que vivem em comunidades urbanas periféricas.

O desenvolvimento regional consiste em promover oportunidades para jovens também de comunidades periféricas, dentro de uma perspectiva da responsabilidade social para a sustentabilidade. Questões relacionadas à empregabilidade, para essa parcela da população, assumem grande sensibilidade, tanto para garantir a conquista do primeiro emprego, quanto para manter a empregabilidade.

Além da transformação social, que resulta na circunstância de que os jovens não querem situações estáticas, a baixa remuneração é também um entrave à consolidação dos direitos sociais.

Nesse contexto, temas como a inclusão produtiva devem ser praticados para que as políticas públicas possam representar soluções para a superação das vivências desafiadoras, com respostas efetivas e práticas às necessidades sociais.



A proteção jurídica aos jovens deve servir à garantia da consolidação de programas e políticas públicas, as quais resultem na transformação da realidade social.

Formar para o trabalho, facilitar o acesso de jovens às oportunidades de geração de renda nos grandes centros, prover mais segurança em comunidades periféricas são algumas das necessidades prementes.

É fato que as necessidades sociais identificadas, em razão do dinamismo imposto pelo mundo moderno, não permite que a implementação das políticas públicas ocorra dentro do modelo tradicional, do qual a juventude (cada vez mais dinâmica) se distancia.

POLÍTICAS PARA JOVENS SÃO MEDIDAS URGENTES

CONTINUAÇÃO...

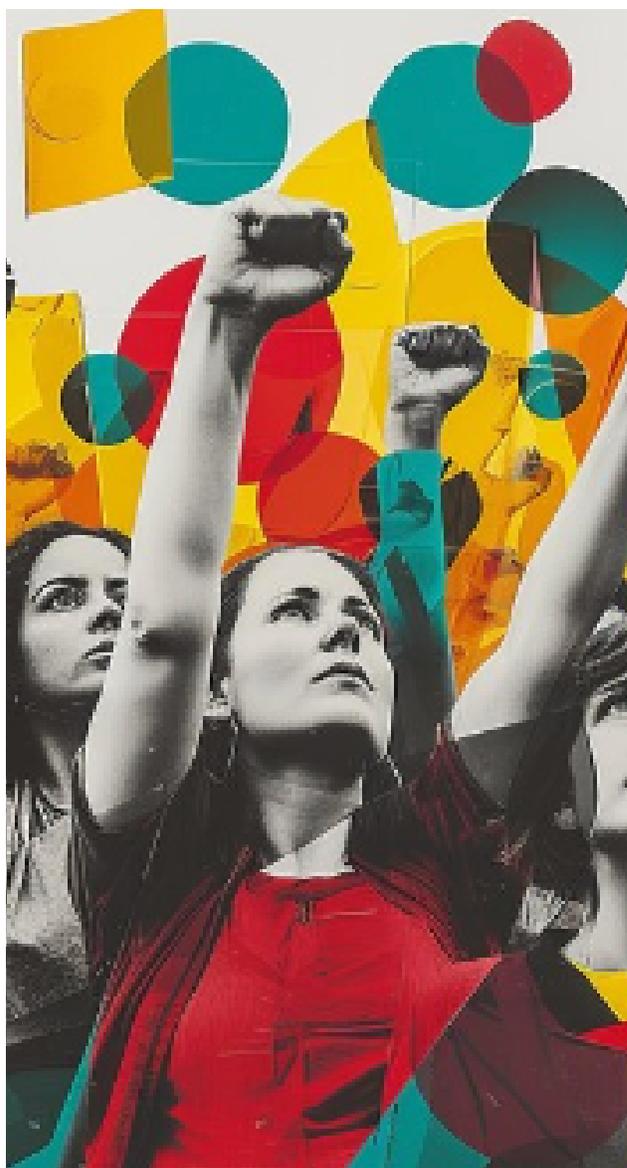
A implementação dessas políticas públicas ocorrerá de forma consolidada se houver a participação efetiva dos jovens nas discussões.

Distantes da atividade político-partidária em si, o construtivismo dos novos direitos para a juventude deve encontrar um modelo mais dinâmico, tal qual é a sociedade moderna, estabelecendo centros de debate que permitam a interação com organizações da sociedade civil, coletivos e movimentos sociais.

Além disso, as discussões e a construção desses novos direitos para a juventude devem reconhecer a nova realidade que emerge da sociedade moderna. Por exemplo: a empregabilidade deve dar espaço ao debate da inclusão produtiva representativa da conquista e da autonomia, entendendo e percebendo que os jovens podem não ter uma motivação para as formas de emprego tradicionais.

Por isso, deve-se manter um olhar voltado às efetivas necessidades dos jovens, com a percepção de que as necessidades sociais estão modificadas em contexto de mais dinamismo, afastando do modelo tradicional de implementação de direitos.

A consolidação dos direitos à juventude é mais que urgente, mas tal perspectiva somente poderá ocorrer de forma concreta e efetiva com a disrupção do modelo tradicional de discussão e de debate.





Datas importantes relacionadas às Crianças e à Juventude

20 de março: Dia Nacional do Teatro Para Infância e Juventude

25 a 31 de Março: Semana de Mobilização Nacional para Busca e Defesa da Criança Desaparecida

13 de abril: Dia do Jovem

18 de maio: Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes

22 a 28 de maio: Semana Mundial do Brincar - Aliança pela Infância

25 de maio: Dia Nacional da Adoção

25 de maio: Dia Internacional da Criança Desaparecida

24 de abril: Dia do Jovem Trabalhador

22 de setembro: Dia Internacional da Juventude





Quem Somos

A Fundação Podemos é uma fundação partidária, criada e mantida pelo Podemos, para as atividades de educação, doutrinação e pesquisa política. A Fundação Podemos desenvolve diversas atividades voltadas às suas finalidades, destinadas a potencializar o senso crítico e adesão política do cidadão. Nossos cursos, debates e eventos são gratuitos e aberto a todos.

Missão

Atuar de forma significativa no desenvolvimento do Podemos e na promoção de seus ideais, ajudando a construir um país forte, soberano e justo, por meio do acesso a debates, estudos e formação de bons políticos.

Visão

Expandir a nossa atuação para todo país, capacitando o maior número possível de mandatários, candidatos, dirigentes e filiados, contribuindo com o crescimento sustentável do Podemos e na consolidação dos seus valores na sociedade durante a próxima década.

Valores

Educação, Valorização da formação política, Inovação, Democracia, Colaboração e Transparência.

Conheça a Fundação Podemos



Acesse com o QRCode



Objetivos Estratégicos

Posicionar a Fundação Podemos como uma organização confiável na formação de políticos reconhecidos pelas melhores práticas de transparência, participação e democracia direta.

Contribuir na construção de uma rede de militantes engajados na defesa e multiplicação dos ideais do Podemos, capazes de atuar de forma significativa na transformação da sua comunidade.

Oferecer conteúdo político e cursos de formação de qualidade, capazes de educar cidadãos e torná-los aptos a exercerem um olhar crítico sobre a política nacional e local.

Ser referência na produção ideológica a respeito das bandeiras do partido.

Oferecer conteúdo político e cursos de formação de qualidade, capazes de educar cidadãos e torná-los aptos a exercerem um olhar crítico sobre a política nacional e local.

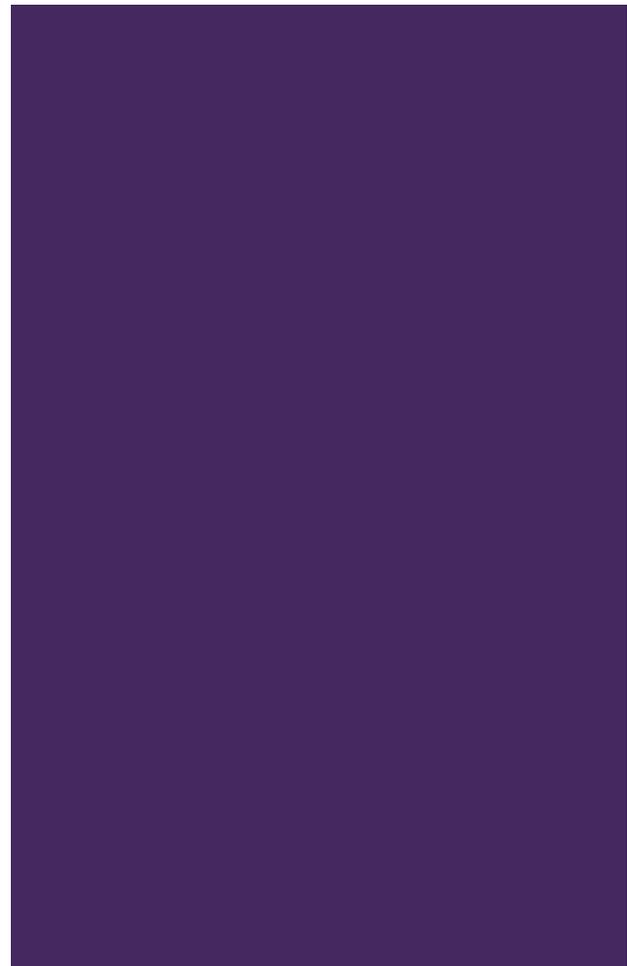
Desenvolver novas práticas de transparência, participação e democracia direta.

Formar uma militância partidária virtual ativa.

Construir um programa partidário moderno e que contemple os principais anseios da nossa sociedade

Capacitar candidatos para atuar em campanhas cada vez mais digitais.

Ser a Fundação com as melhores práticas digitais



A presente Revista faz parte da publicação editorial do Fundação Podemos | Política para Todos.

© Material protegido por direitos autorais. É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

Endereço para correspondência: R. Fernandes Moreira, 507, Chácara Santo Antônio, São Paulo - SP, CEP 04716-001.



Fundação Podemos | Política para Todos

Composição Institucional

Conselho Curador

Renata Abreu (Presidente)
Bruno Arevalo Ganem
Caio César Machado da Cunha
Claudia Abreu Schefler
Cristian Ferreira Vianna
Felipe Madruga
Igor Wander Normando
Jorge Maluly Neto
Matheus Hector Garcia
Reinaldo Alves Moreira Filho
Ricardo Costa Franco de Camargo
Ricardo Longati França
Ricardo Pires Calciolari
Thiago Martins Milhim

Suplentes

Damares da Silva Dias Milhim
Gelson Aparecido Lima
Igor Soares Ebert
Wanessa Igesia Valverde

Diretoria Executiva

Nilson Gonçalves (Diretor-Presidente)
João Lucas Nunes Monteiro (Diretor Administrativo)
Franz Felipe da Luz (Diretor Financeiro)

Conselho Fiscal

Alessandra Cristina Soares Algarim
Alfredo Martins Correia

www.observatoriopodemos.com.br

